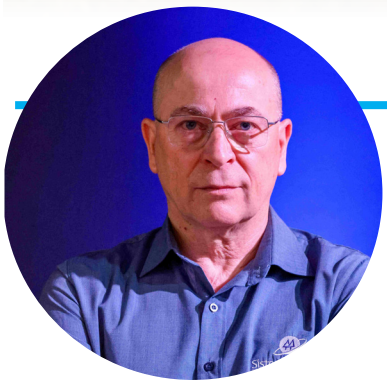


Foto: Sicredi/Divulgação

A preocupação das cooperativas com o crédito rural



Vanir Zanatta, Presidente do Sistema OCESC (Organização das Cooperativas de Santa Catarina)

Desde a década de 1960, o crédito rural tornou-se importante instrumento de apoio ao desenvolvimento do setor primário, assegurando recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. As regras, finalidades e condições são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e seguidas por todos os agentes que compõem o sistema nacional de crédito rural, como bancos e cooperativas de crédito.

O sistema de crédito rural não é um privilégio, mas uma das grandes políticas públicas relevantes, pois atende a verdadeira locomotiva da economia nacional. Em todas as nações evoluídas, a agricultura é considerada área essencial que merece apoio e proteção especial do Estado, tendo o crédito rural subsidiado como uma das mais eficientes políticas de apoio.

Nos últimos tempos, esse tema tem sido objeto de grande preocupação para o agronegócio brasileiro. Reformatar a política de crédito rural deve ser prioridade nas reformas estruturais. Mas é preciso entender que a política de financiamento do setor primário cumpre função decisiva na segurança alimentar do País e na consolidação da liderança internacional na produção sustentável de alimentos. O Brasil pode dobrar a produção de alimentos sem nenhum dano ambiental. Tem clima, solo, água e tecnologia para isso, além de vasto potencial para a restauração florestal.

Entre as questões em análise estão a necessidade de melhorar a previsão dos recursos e simplificar a operação do sistema. O Plano Safra 2025/2026 disponibilizou R$ 516,2 bilhões à agricultura empresarial. Entre julho de 2025 e abril de 2026, as operações de crédito totalizaram R$ 391,2 bilhões, segundo o Ministério da Agricultura.

O resultado representou retração de 5% em relação ao mesmo período anterior, reflexo de um ambiente de juros elevados e maior seletividade na contratação de financiamentos.

Para o ciclo 2026/2027, iniciado em julho, foram anunciados R$ 525,1 bilhões à agricultura empresarial, dos quais R$ 384,9 bilhões para custeio e comercialização e R$ 140,2 bilhões para investimentos. A agricultura familiar recebeu um pacote de R$ 97,3 bilhões, que inclui crédito e outros instrumentos de apoio. Os valores anunciados, contudo, não significam recursos integralmente subsidiados pelo Tesouro nem garantem sua efetiva contratação.

O maior risco para 2027 está na fragilidade das contas públicas. O Prisma Fiscal de outubro projeta déficit primário de R$ 53 bilhões em 2026 e R$ 44 bilhões em 2027, com dívida bruta estimada em 87% do Produto Interno Bruto no próximo ano. Esse quadro restringe a capacidade de expansão dos subsídios destinados à equalização das taxas de juros e aumenta a pressão pela racionalização dos gastos. Até setembro, o novo ciclo contabilizou R$ 107,1 bilhões em operações empresariais, inclusive CPRs. Desse total, R$ 20,4 bilhões corresponderam a linhas com equalização de juros. O desempenho evidencia a importância crescente dos instrumentos privados, embora estes não substituam integralmente o crédito oficial.

Por isso, a perspectiva para 2027 exige prudência. A combinação de restrições orçamentárias, endividamento dos produtores e riscos climáticos poderá limitar a oferta de financiamentos favorecidos. Preservar o crédito rural, com previsibilidade, responsabilidade fiscal e prioridade aos pequenos e médios produtores, constitui decisão estratégica para a segurança alimentar e o desenvolvimento nacional. A escassez de recursos públicos não elimina a necessidade dessa política; torna sua execução eficiente ainda mais indispensável.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJ SC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.***
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: ***Celina Sales***